



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
5ª VARA CÍVEL
RUA SOURBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-970
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1011201-98.2015.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Sumário - Acidente de Trânsito**
 Requerente: **Bradesco Auto/re Companhia de Seguros**
 Requerido: **Carlos Alberto Campana e outro**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Daniel Luiz Maia Santos**

Vistos.

Bradesco Auto/Re Companhia de Seguros ajuizou ação de regresso para ressarcimento de danos decorrentes de acidente de trânsito contra **Carlos Alberto Campana e Miriã Barbosa Vidal**. Alega, em síntese, que firmou contrato de seguro com Denise Martins Gualtieri, obrigando-se a garantir o veículo Mitsubishi Pajero, 2012, placa EWQ 7003. Ocorre que, em 15 de novembro de 2012, às 23h45min, o veículo assegurado pela autora e conduzido pela segurada trafegava regularmente pela Rua 1034, quando ao chegar ao cruzamento com a Rua 1036, foi abruptamente interceptado pelo veículo GM Corsa, placa DWB 2733, de propriedade do primeiro réu. A segunda ré deixou de observar a sinalização "pare" e deu causa, culposamente, à colisão, pois o veículo assegurado vinha pela preferencial. Discorreu sobre a responsabilidade dos demandados: a do primeiro, pelo fato da coisa; a da segunda, pela culpa no acidente. Postulou a condenação solidária dos réus ao pagamento de R\$ 9.589,75, com as atualizações correspondentes. Juntou documentos.

Carlos Alberto Campana foi citado e contestou alegando, em resumo, que é parte ilegítima para figurar no polo passivo da ação. No mérito, defende que a preferencial era da segunda ré, e não da condutora do veículo assegurado, pois aquele transitava pela Avenida São Carlos, que era a preferencial, e o sinal estava verde. Por isso, foi colhida indevidamente na lateral dianteira direita pelo veículo assegurado pela autora. Impugnou também os danos. Se não acolhida a prejudicial, postulou a improcedência da ação. Juntou documentos.

Miriã Barbosa Vidal foi citada e também contestou alegando, em suma,


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
5ª VARA CÍVEL
RUA SOURBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-970
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

que comprou o carro do primeiro réu, porém, não houve transferência; assim, ele é parte ilegítima para responder à presente ação. No mérito, argumento que trafegava pela via preferencial e não existia sinal "pare". A condutora Denise foi quem desrespeitou o sinal do semáforo, avançou e colheu o veículo da contestante. Houve inversão de informações no registro da ocorrência. Impugnou também os danos materiais. Em caráter subsidiário, defendeu culpa concorrente. Pediu a improcedência da ação. Juntou documentos.

A autora apresentou réplica.

Reconheceu-se a ilegitimidade passiva do primeiro réu, fixaram-se os pontos controvertidos, distribuíram-se os ônus da prova e deferiu-se prova testemunhal.

Os embargos de declaração do réu foram rejeitados.

A autora interpôs recurso de agravo de instrumento, sem comprovação de distribuição do recurso ou notícia de julgamento.

Na sequência, o juízo considerou injustificado o não comparecimento das testemunhas da autora, operando-se a preclusão, e indeferiu o pedido de depoimento pessoal da ré.

Foi ouvida uma testemunha da ré por carta precatória.

Encerrada a instrução, as partes apresentaram alegações finais.

É o breve relatório.
Fundamento e decido.

O pedido deve ser julgado improcedente, pois a autora não se desincumbiu do ônus de provar o fato constitutivo do seu direito, consiste na culpa da segunda ré na causação do acidente, na dicção do artigo 373, inciso I, do Código de Processo Civil.

A autora afirma que a segunda ré não observou o sinal "pare". Ocorre que não juntou documentos que demonstrassem a existência de sinal "pare" no cruzamento onde ocorreu a colisão. Ao contrário, pelas fotos anexadas em contestação, havia sinalização por semáforo no cruzamento em ambas as vias (fls. 114/116).

Logo, se a segunda ré tivesse desrespeitado alguma sinalização de trânsito, seria o semáforo, e não a placa "pare". De todo modo, a autora não provou que a segunda ré deixou de respeitar o sinal "pare", fundamento do pedido, que foi expressamente consignado como ponto controvertido, cuja prova lhe incumbia.


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
5ª VARA CÍVEL
RUA SOURBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-970
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Nota-se que a pretensão, na verdade, está apenas fulcrada no que consta no boletim de ocorrência lavrado por ocasião dos fatos (fls. 73/76). No entanto, é evidente que a versão prestada pelos envolvidos deve ser recebida com máxima cautela, porque parcial. Ademais, os policiais militares, sequer ouvidos em juízo, se limitaram a atender a ocorrência. Portanto, de modo algum este documento se revela suficiente para provar algo em favor da autora, especialmente diante das circunstâncias do caso concreto.

Com efeito, existente o semáforo, cabe aos condutores estrita obediência. Nesse ponto, foi atribuído à segunda ré o ônus de provar que o veículo conduzido pela segurada da autora avançou o sinal vermelho. E assim foi feito, pois a testemunha Maria Roseli da Rocha, arrolada pela ré, informou, de relevante para o deslinde da causa, que o veículo da autora avançou o sinal vermelho, num cruzamento em São Carlos, e veio a colidir com o veículo da ré. Havia sinalização por semáforo também para a ré, e estava verde. Informou ainda que haviam ingerido bebida alcoólica, mas a motorista estava sóbria.

Verifica-se que a testemunha não foi contraditada e prestou depoimento com o compromisso de dizer a verdade. Esse relato, aliás, está em consonância com as fotografias do local, em que não se visualiza a existência de placas, mas sim de semáforos, tudo a enfraquecer a tese da autora.

De outro lado, embora se tenha feito menção, pela testemunha, de que a ré ingerira bebida alcoólica, porém estava sóbria por ocasião do acidente, isso em nada contribuiu para a colisão, pois, como visto, a segunda ré demonstrou que transitava normalmente pela via, avançou o sinal verde no cruzamento em questão, tendo sido a conduta do veículo assegurado pela autora que, em desrespeito ao semáforo, que para ela estava vermelho, acabou por avançar e provocar a colisão.

Observa-se, por fim, que a autora não produziu prova testemunhal. Ela deixou de apresentar as testemunhas em audiência e não promoveu justificativa adequada. Declarou-se, com acerto, a preclusão. E realmente a prova testemunhal seria importante para um possível deslinde favorável à autora, até porque, como visto, os documentos de modo algum foram suficientes para o acolhimento da pretensão indenizatória.

Ante o exposto, **julgo improcedente o pedido, extinguindo-se o processo,**



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
5ª VARA CÍVEL
RUA SOURBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-970
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

com resolução do mérito, com base no artigo 487, inciso I, do Código de Processo Civil.

Condeno a autora ao pagamento das custas processuais respectivas e honorários advocatícios, que fixo em 15% (quinze por cento) sobre o valor atualizado da ação, quantia que está em consonância com as diretrizes do artigo 85, § 2º, do Código de Processo Civil.

Publique-se e intime-se.

São Carlos, 12 de março de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**